



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO QUINZENAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO XI - Nº 184 - 1ª QUINZENA DE JANEIRO DE 2000 - R\$ 1,00

Inflação superou os 20% em 1999.

O desemprego crescerá, se o governo conseguir impor, com a ajuda das direções sindicais burocráticas, o fim da regulamentação trabalhista.

Contra as tentativas de desviar a luta para a farsa eleitoral e para o parlamento, defendemos a ação direta. Contra as tentativas de conciliar os interesses de explorados e exploradores defendemos a independência de classe.

GREVE GERAL POR TEMPO INDETERMINADO, PELA DERRUBADA INTEGRAL DO PLANO ANTINACIONAL E ANTIPOPULAR DE FHC

Em defesa da autodeterminação da Chechênia

Luta em Corrientes (Argentina) aponta para agravamento da luta de classes

Bolívia: jornal especial do POR orienta a atuação revolucionária

Denunciemos as “agências solidárias” e a “qualificação profissional” como solução para o desemprego

O desemprego crescente e a chamada “flexibilização” do trabalho, consequências das medidas antinacionais e antipopulares implantadas pelo governo FHC, obrigaram a burocracia sindical a pôr às claras a sua política de conciliação de classe. As Centrais Sindicais, com diferenças de graus, acabaram se adaptando à diretriz neoliberal. Todas utilizaram os recursos do FAT (Fundo de Amparo do Trabalhador) para a formação de cooperativas e “qualificação de mão-de-obra”.

A CUT, dirigida majoritariamente pelo PT, possui 28 mil sindicatos e uma base de 15 milhões de trabalhadores. Diante da crise, um de seus dirigentes, Remigio Todeschini, diz: “O principal papel das centrais é lutar por melhores salários e emprego, mas temos que apresentar alternativas à crise do desemprego”. Essas “alternativas” há muito vêm sendo propostas pela CUT. Porém, em dezembro, essa Central lançou um documento intitulado “Projeto Desenvolvimento Solidário - Bases para uma Ação Estratégica no Campo da Economia Solidária”. A essência do documento resume-se: “A crescente dificuldade da economia em gerar empregos formais provocou o surgi-

mento e fortalecimento de inúmeras iniciativas organizadas pelos próprios trabalhadores, representando as mais diversas modalidades de organização, tanto no campo como na cidade, de cooperativas de produção, de serviços, de trabalho e de trocas, com vistas a por em prática ações de garantia de emprego e geração de renda”.

Para isso, a CUT criará as “agências solidárias”, nesse início de ano, em São Paulo, Pará, Ceará, Pernambuco, Bahia e Santa Catarina. Reivindica do governo 5 milhões, já que conta com as parcerias das ONGs, CNBB e de organizações internacionais, a exemplo das holandesas ICCO, ISS e Rabobank. O objetivo é de gerar 100 a 200 empreendimentos em um ano, o que favoreceria 5 a 8 mil trabalhadores.

Por outro lado, a Força Sindical, pró-imperialista, com 8,5 milhões de trabalhadores de base, disse que isso não é novidade. Já adota há muito tempo as cooperativas de trabalho. Cita a dos carpinteiros, pedreiros, prestação de serviços e uma apícola.

Essa conduta da CUT frente ao desemprego, que somente em São Paulo atinge mais de 1 milhão e trezentos mil, é fruto da adaptação de sua direção reformista ao capitalismo decadente. A buro-

cracia corrompida pela burocracia burguesa procura mamar no Estado burguês e inventar soluções de “qualificação de mão-de-obra” para uma situação catastrófica, em que milhões de famílias são sacrificadas pelo desemprego. É um invencionismo burguês a propaganda de que o crescente desemprego se deve à desqualificação da força de trabalho. Nada disso. O desemprego é expressão da exploração e acumulação capitalistas, da contenção das forças produtivas nas relações de produção dominadas pelos monopólios.

Os assalariados devem rechaçar essa história dos sindicatos “qualificarem mão-de-obra”. Exigirem a unidade de empregados e desempregados contra as demissões. Constituírem comitês de defesa do emprego e da vida. Empunham a bandeira de nenhum desempregado, lutando para impor aos capitalistas a escala móvel das horas de trabalho, que permite dividir as horas nacionais trabalhadas entre todos aptos ao trabalho.

Chega da farsa da “qualificação”! Chega de submeter a CUT à orientação da Igreja! Chega de seguir os passos das ONGs e de outros organismos internacionais financiados pelo imperialismo!

Cresce a concentração de capitais no Brasil com a penetração estrangeira

O ritmo acelerado de aquisições e fusões de empresas é um dos fenômenos que se destacaram na década que se encerra. Nos países imperialistas, as multinacionais se fundem em defesa do mercado e da necessidade de sustentar as taxas de lucro.

No Brasil, país de economia atrasada, as fusões e aquisições, via de regra, resultam em desnacionalização. O capital imperialista vem assumindo o controle dos ramos estratégicos da produção e de matéria prima, antes mantidos pelo Estado. Mas o processo é mais amplo. O capital estrangeiro tem se apossado também de

empresas pertencentes a grupos brasileiros, a exemplo da Metal Leve, Cofap etc.

“O capital estrangeiro e a necessidade das empresas brasileiras expandirem atuação no mercado global, sobretudo após a abertura do País ao mercado externo, impulsionaram a realização de 3,2 mil fusões e aquisições na década de 90, com o número de negócios saltando de 186, em 1990, para cerca de 500, em 1999. As 927 transações que tiveram os valores revelados totalizaram cerca de 115 bilhões de reais, o que dá uma média de 124 milhões de reais por cada operação” (Gazeta Mercantil 22/12).

Nestes números acima apresentados, o capital imperialista se destaca. Em 1990, atuou em 56 negócios; em 1999, salta para 340. O aumento da desnacionalização traz graves consequências: aumenta a remessa da taxa de lucro, amplia o endividamento do país e intensifica a influência das potências sobre o Estado.

Os trabalhadores pagam com aumento da exploração e desemprego. Por outro lado, a alta concentração de capitais e a espoliação do país amplia a necessidade do proletariado se organizar para expropriar a burguesia.

Partido da boquinha beija a mão de Garotinho

No final de outubro, o governador do Rio, Anthony Garotinho, denominou o PT de "partido da boquinha". Eis a declaração: "Eles têm mais de 200 cargos no meu governo e estão querendo mais". O presidente do PT do Rio, Wilson Farias, rechaçou Garotinho. "Isso é muito grave. Ele sabe que não é verdade. Ele não tem moral para dizer isso". "O governador começou a entrar em desespero". "Essa declaração é terrível e vai ter influência na Convenção regional deste fim-de-semana" (*Folha SP/23/10*).

A Convenção do PT se realizou e venceu a proposta do partido romper com o governo do PDT. Imediatamente, a direção nacional (Articulação) condenou a decisão. José Dirceu ameaçou intervir na regional. Prometeu: "há uma crise, mas vamos fazer tudo para reverter esse quadro e estabelecer um entendimento com o governador e os partidos da frente". Lula foi enfático na defesa da permanência. "Se o partido decidiu sair do governo, eu acho que agiu de forma irresponsável. Desde o começo do governo Garotinho eu tenho ponderado com o PT do Rio que era preciso negociar com o governador como partido político e não pessoalmente". Lula mostrou ainda que foi um acerto do PT renunciar à candidatura própria e apoiar Garotinho, que segundo ele "está fazendo um bom governo" (*Folha SP 26/10*).

Dois meses depois, a Direção Nacional passou por cima da decisão da Convenção e retomou os cargos. Lula havia exortado Garotinho a pedir desculpas pela denúncia. Este nem ligou. Mesmo assim, o PT voltou a beijar a mão de Garotinho, confirmando ser o partido PB.

Os reformistas se gabam de ser um partido de novo tipo, cheio de moral, ética e transparência política. Sempre foram ferozes e denunciadores do fisiologismo partidário e da utilização da máquina do Estado em causa própria. Mas na prática a realidade é outra. E não

poderia deixar de ser diferente. Qualquer partido, por mais radical que seja na retórica moral, que faça parte do Estado burguês e defenda a ordem capitalista está obrigado a refletir o fisiologismo e os interesses particulares de cada um dos seus membros vinculados ao eleitoralismo.

Como qualquer outro partido burguês, a camarilha dirigente anulou as decisões das Convenções para impor suas regras. É preciso lembrar que essa mesma camarilha, para combater a defesa do partido revolucionário (centralista democrático), elaborou a tese do PT como partido de massa, democrático, construído de baixo para cima. Aos poucos a camarilha democrática liquidou o PT dos núcleos de base, organizou diretórios eleitorais, burocratizou os Encontros, constituiu quadros de políticos fisiológicos e expulsou as tendências de esquerda mais inconvenientes. O resultado está aí: um partido da ordem burguesa.

O que está em jogo para o partido da boquinha?

A crise do diretório do Rio começou com a disputa em torno das eleições para governador. A ala esquerda comandada pelo deputado federal Milton Temer (Refazendo) defendeu candidatura própria, enquanto que a Articulação, corrente majoritária do PT, encabeçada por Jorge Bittar, propugnou apoio à candidatura de Antony Garotinho, também apoiado pelo PSB, PCdoB e PCB (todos partidos da boquinha). Ganhou a candidatura própria. A Direção Nacional anulou a decisão e impôs ao PT do Rio que seguisse a política de aliança da Frente Popular.

Na verdade houve uma negociação em que Antony Garotinho admitiu apoiar nas próximas eleições municipais a petista Benedita da Silva, que é

vice governadora. No episódio da renúncia aos cargos, esteve presente a política de aliança e os compromissos selados anteriormente. A Direção Nacional não admite a ruptura com Garotinho não só porque se aproveita da máquina do Estado para fazer politicagem como também pretende cobrar até o fim o acordo de apoio a Benedita da Silva.

Nesse final de ano, o caudilho Brizola ameaçou romper a aliança do PDT com o PT. Razão: o chefe do PDT pretende lançar candidato próprio à prefeitura do Rio. Brizola explicou que não há nenhum acordo de apoiar candidatura petista. É bem provável que esse acordo tenha passado por fora do controle do caudilho. Isso está de acordo com a atitude de José Dirceu de num dia conversar com Brizola e no outro entabular negociações com Anthony Garotinho. A liderança do PDT considera que "houve violação da relação ética que, sem dúvida, trará consequências, no sentido do distanciamento das duas direções partidárias". E Brizola pergunta: "O que pretende o presidente do PT ao esconder de nós as suas articulações?"

Como se pode ver, a conduta desses partidos é própria da política burguesa. É impressionante como as correntes ditas de esquerda, algumas que se reivindicam ainda do trotskismo, ou continuam incrustadas no ventre do reformismo ou de fora o apóiam eleitoralmente. A classe operária deve se alertar contra a hipocrisia do "modo petista de governar", "governo democrático popular", "inclusão dos excluídos", "orçamento participativo" e todo tipo de tranqueira lançada pelos burocratas do reformismo. Nossa luta concentra na tarefa da derrota ideológica e da politicagem do PT como partido da ordem capitalista e trabalhar pela construção do partido operário revolucionário.

Corrupção, narcotráfico e corporativismo abrem crise militar

A demissão do comandante da aeronáutica, Walter Brauer, expôs a crise latente no seio do governo FHC. Isso se deveu ao fato do oficial ter-se declarado favorável à investigação da assessora Solange Rezende do ministro da Defesa, Elcio Álvares, acusada de ligação com o narcotráfico. Por sua vez, o ministro da Defesa é também suspeito de envolvimento com o crime organizado. Como se vê a podridão do Estado burguês é generalizada.

Esse fato, na verdade, foi apenas uma gota d'água que fez transbordar uma crise mais ampla. A cúpula da Força Aérea diverge quanto à amplitude da desnacionalização a que levou o plano pró-imperialista de FHC. Os militares têm se calado diante do plano de desestatização, até que este ameaçasse empresas sobre seu controle. É o caso da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero). Há outros aspectos da crise como o acordo sigiloso de maior participação do capital francês no controle da Embraer. Enfim, o ex-comandante Walter Brauer passou a resistir a perda do controle do setor aéreo civil.

Os choques de bastidores se agravaram a tal ponto que a imprensa burguesa vazou informação de que um grupo de militares estava utilizando do 4 Comar (comando aéreo regional) para beneficiar a empresa Dumont Engenharia e Consultoria Aéreoportuária Ltda na construção de aeroportos. Isso ocorreu em outubro, em dezembro, o brigadeiro Walter Brauer respondeu com a mesma moeda exigindo investigação sobre o narcotráfico em relação à assessora do ministro da Defesa. Pode-se notar que a corrupção na cúpula militar é brava.

Os interesses nacionalistas não passam de mesquinha luta pela manutenção do controle da fatia que pertence à aeronáutica. Basta que observemos a passividade dos tais nacionalistas frente ao entreguismo descarado que se conhece na história de penetração do imperialismo no Brasil. Num dos episódios da crise, o brigadeiro Elcio Braga, presiden-

te do Clube da Aeronáutica, expôs o descontentamento militar contra o entreguismo: "A França manda na Embraer, os Estados Unidos, nas telecomunicações, a máfia espanhola comanda a água e, do jeito que as coisas vão, os brasileiros vão ter de ocupar seu espaço no quintal". A declaração atesta a que ponto a burguesia brasileira e seu governo têm sido subserviente ao capital imperialista. Ao mesmo tempo, revela a condição de subserviência dos militares à própria burguesia nacional entreguista.

As tropas devem tomar posição antiimperialista

Os soldados que compõem a tropa do exército devem tirar as lições políticas da crise no alto comando e no governo. O exército como instituição da burguesia, guardião do Estado burguês, reflete a conduta dessa classe, não podendo dar nenhum passo sem o consentimento do grande capital. É claro que os choques interburgueses em torno da crise capitalista, dos programas econômicos e de como tratar a luta de classes levam a diferenciações no interior do comando militar.

Basta que se analise a história de revoltas e golpes militares para que se observe a presença dos interesses burgueses em choque. Setores pró-imperialistas e nacionalistas do exército expressam estas mesmas frações no interior da burguesia brasileira. Depois do golpe militar de 1964, a fração pró-imperialista ganhou terreno, apesar da ditadura manter e ampliar o estatismo. Na década de 90, as pressões da crise mundial, denominada globalização, obrigaram a burguesia brasileira a realizar um alinhamento de ferro às diretrizes do imperialismo.

Vieram as privatizações, a abertura de mercado, o rápido crescimento do endividamento interno e externo, estagnação e recessão, desemprego e aumento da miséria dos explorados. O capital im-

perialista aumentou sua influência e potencializou o saque da semicolônia. A cúpula militar, como criatura da burguesia, se alinhou às medidas antinacionais e antipopulares.

Como dissemos logo acima, a crise que acaba de ocorrer tem por motivo lutas intestinas e bem particularizadas. Não significa um posicionamento verdadeiramente de defesa nacional. O nacionalismo burguês nunca foi capaz de defender a soberania nacional. O máximo que fez foi por limites à espoliação imperialista, de forma a favorecer determinados grupos de capitalistas brasileiros. Historicamente, mostrou o fracasso em controlar as forças produtivas e desenvolver uma política autônoma em relação ao grande capital internacional.

O exército brasileiro, principalmente a partir do golpe militar de 64, se tornou mais e mais submisso à cultura pró-imperialista. Não é por acaso que uma parte da oficialidade se forma nas escolas no imperialismo norte-americano. Os soldados, marinheiros e aeronautas, que não têm postos de comandos e pertencem às tropas devem compreender esse fenômeno de servilismo da burguesia e das Forças Armadas. Esses, por virem da população trabalhadora, podem reagir revolucionariamente assumindo verdadeiras posições antiimperialistas. O que quer dizer contrapor-se à alienação da soberania do país frente às potências e virando as armas contra a burguesia entreguista.

É claro que essa consciência e o movimento revolucionário antiimperialista dependem da classe operária tomar à frente da maioria nacional oprimida e desenvolver o programa da revolução proletária. A luta antiimperialista contra as privatizações e pela independência nacional não tem como se colocar em prática sem que faça parte do programa estratégico anticapitalista. É nesse sentido que se coloca a tarefa de constituir uma frente única antiimperialista, que tenha por direção a classe operária.

RN - UM ESTADO DOMINADO PELAS OLIGARQUIAS E PELO O FMI

O estado do RN historicamente foi dirigido politicamente pelas oligarquias do nordeste. O PFL, por muito tempo, esteve no governo, com exceção do ano de 1986, quando o PMDB venceu pela primeira vez, encabeçado pelo usineiro Geraldo Melo, apoiado pelo PCdoB. Depois, o PFL retomou o controle do Estado, perdendo novamente para o então governador Garibaldi Filho (PMDB/PPB).

O PMDB, até chegar no controle do Estado, era considerado um grande partido de oposição, posava de progressista, fazia oposição a toda a política do PFL no governo. Podemos citar o exemplo, comentado por todos os servidores e pela oposição burguesa e reformista ao governador Garibaldi, o caso do abono ao salário do servidor público estadual. O governador, quando era parlamentar, durante anos foi ferrenho opositor aos abonos dos salários, mas atualmente o Estado do RN é o estado que mantém o maior abono da fe-

deração, que não se incorpora ao salário.

Atualmente o PMDB, partido da oligarquia Alves no estado, através do governador Garibaldi, implementa as medidas neoliberais, ou seja, aplica os acordos com o imperialismo. O patrimônio público e a economia estão sendo entregues ao capital internacional. O Estado passa por um processo de privatizações de suas estatais, já foram vendidas a COSERN, a Telern. E agora o governo, juntamente com a prefeita Vilma de Faria, do PSB, anunciam a venda de mais uma estatal: a CAERN. Desde seu primeiro mandato, o governador Garibaldi colocou como uma de suas metas a privatização, quando em outubro de 1996 aprovou o seu projeto de desestatização. E, a partir daí, o pôs em prática. Outro setor que está sendo privatizado é a saúde. Começou pela terceirização e agora já se caminha para a mercantilização total.

Outro elemento determinante da inter-

veção do imperialismo no Estado é o pagamento em dia dos juros da dívida interna, que está em tomo de R\$ 900 milhões, o que representa aproximadamente 11% do PIB do Estado. Enquanto isso, as multinacionais e grandes empresários locais estão isentos de impostos. Qualquer empresa poderá se instalar e terá a garantia por no mínimo dez anos de isenção. Isso fez com que algumas empresas do sul se transferissem para o Estado. Por exemplo, a Vicunha, que fechou sua fábrica em S.P. e se instalou no RN.

Concluimos que o Estado do RN é governado pelas as oligarquias, onde a sua economia está sendo direcionada integralmente para o imperialismo, atendendo aos interesses dos grandes grupos estrangeiros, o que mostra uma reorientação e submissão da política das oligarquias que se revezam no controle político do aparelho do Estado e que essa política aprofunda a opressão social e política aos trabalhadores e famintos do RN e de todo o nordeste.

O Estado e a Revolução

Procurando resgatar estes dois conceitos políticos da obra de Marx e Engels, Lênin reproduz uma citação do Livro "A origem da família, da propriedade privada e do Estado", de Engels:

O estado - diz Engels, fazendo o balanço de sua análise histórica - não é, portanto, de modo nenhum, um poder imposto de fora à sociedade; tão pouco é a realidade da idéia moral, a imagem e a realidade da razão, como Hegel afirma. É isso sim, um produto da sociedade em determinada etapa de desenvolvimento; é a admissão de que esta sociedade se envolveu numa contradição insolúvel consigo mesma, se cindiu em contrários inconciliáveis que ela é impotente para banir. Mas para que estes contrários, classes com interesses econômicos em conflito não se devorem e à sociedade numa luta infrutífera, tornou-se necessário um poder, que aparentemente está acima da sociedade, que abafe o conflito e o mantenha dentro dos limites da ordem; e este poder, nascido da sociedade mas que se coloca acima dela, e que cada vez mais se aliena dela, é o Estado".

Para Lênin, o resgate do trecho acima se devia a duas razões: primeiramente, para contestar o oportunismo pequeno burguês, que disseminava a falsa idéia de que Marx, partindo do reconhecimento

das classes e da luta de classes, afirmava ser o estado um órgão de conciliação de classes, ao que Lênin responde:

"... segundo Marx, o Estado não poderia nem surgir nem manter-se se a conciliação de classe fosse possível. Segundo os professores e publicistas pequeno burgueses e filisteus, o estado precisamente concilia as classes. Segundo Marx, o Estado é um órgão de dominação de classe"

Em segundo lugar, para combater a deturpação Kautskiana do marxismo, pois Kautsky não negava nem que o estado fosse um órgão de dominação de classe nem que as contradições de classe fossem inconciliáveis:

Lênin: "... (em Kautsky) perde-se de vista ou esbate-se o seguinte: se o Estado é o projeto do caráter inconciliável das contradições de classe, se ele é um poder que está acima da sociedade e que cada vez mais se aliena da sociedade, então é evidente que a emancipação da classe oprimida é impossível não só sem uma revolução violenta, mas também sem a destruição do aparelho do poder do Estado que foi criado pela classe dominante e no qual está encarnada esta alienação ...

Kautsky esqueceu e adulterou isto?!

Nosso comentário

Em síntese, podemos extrair os principais conceitos desta polémica:

1) O Estado não existiu sempre e não existirá para sempre. No começo, quando começou a se formar a sociedade não havia. Só passou a ser uma necessidade quando foi instituída a propriedade privada e a exploração de classes. Em nossa época, o Estado Capitalista cumpre uma função totalmente reacionária de conter o desenvolvimento das forças produtivas e e manter a exploração capitalista. A ditadura do proletariado, estado da classe operária e da maioria oprimida, será produto da insurreição vitoriosa da maioria oprimida e existirá só enquanto for necessário impor pela força o regime baseado na utilização coletiva dos meios de produção contra a burguesia restauracionista. Portanto é transitório, desaparecendo as classes, desaparecerá o Estado

2) O Estado é produto da impossibilidade de qualquer solução para as contradições de classe e, portanto, é um órgão de dominação de classe

3) Deduz-se conseqüentemente, que o marxismo defende a derrubada violenta do Estado capitalista.

BRASIL, 500 ANOS DE EXPLORAÇÃO E LUTA DE CLASSES

A RESISTÊNCIA INDÍGENA

Paulo Barbosa

A ideologia das classes dominantes sempre buscou retratar a história do Brasil sob a ótica de seus interesses. Segundo tal concepção, a "preguiça do indígena", a "docilidade do negro" e a "bondade e inteligência do branco por meio de um relacionamento harmonioso, formou a nação brasileira em que vivemos hoje. Essa, por exemplo, é a visão da Rede Globo em sua campanha do "Brasil 500 anos".

No entanto, a história do Brasil é a história da luta de classes. Ao invés de paz e tranquilidade, o passado do Brasil está repleto de resistência e protesto à exploração. Durante 500 anos, indígenas, escravos, pequenos proprietários, operários e demais oprimidos, lutaram heroicamente contra donos de escravos, senhores de engenho, fazendeiros de café, estancieiros, latifundiários, grandes comerciantes, empresários e interesses estrangeiros.

Essa é a herança dos que, hoje, no campo, nas fábricas, nas escolas, nas favelas e nas ruas, combatem o latifúndio, a exploração capitalista e a opressão imperialista.

Colonização, genocídio e etnocídio

Quando os portugueses chegaram no Brasil, no século XVI, encontraram diversas nações indígenas. Estas viviam sob o regime de comunidade primitiva, caracterizado pela propriedade comum dos meios de produção, instrumentos rudimentares de trabalho, cooperação simples, distribuição igualitária de produtos, divisão natural do trabalho por sexo e idade, organização gentílica da sociedade e ausência de excedentes da produção, logo da exploração de uma

classe por outra.

Tal forma de organização social era incompatível com os interesses dos colonizadores. Os portugueses não vieram ao Brasil para produzir o necessário para sua subsistência, isto poderia ser feito em sua terra de origem. Eles colonizaram o Brasil para enriquecer, ou seja, para produzir um excedente que se destinasse ao mercado mundial, então em expansão. Daí a necessidade de amplas áreas agrícolas, de um gênero próprio para as condições ecológicas do Brasil e aceito no mercado consumidor europeu, além de mão-de-obra farta e barata. O resultado foi uma estrutura produtiva baseada no laúfúndio, no açúcar e no escravismo, que motivou uma prolongada luta contra os indígenas. Estes foram dizimados, empurrados cada vez para o interior ou sujeitados a aldeamentos, militarizados e tendo como chefe um missionário católico que utilizava vários métodos para "domesticá-los" (catequização) para os exploradores.

Assim, da colonização aos dias atuais, de uma população aproximada de 4 milhões de silvícolas em 1500, restam hoje pouco mais de 150 mil, dispersos pelo Brasil, oprimidos, sujeitos a extrema miséria, a doenças, a exploração de grileiros, multinacionais, garimpeiros, grupos religiosos e em processo de perda de sua identidade cultural.

Os indígenas, porém, resistiram com bravura à política de colonização, jamais aceitaram passivamente a dominação, a escravização e o acultramento. Fugiam dos aldeamentos, escapavam do cativeiro e armavam-se para combater os invasores, atacando as vilas e fazendas, massacrando-os.

Era a violência justa dos que se negavam a ser explorados contra a violência injusta dos opressores.

A Guerra dos "Bárbaros"

A chamada "Guerra dos Bárbaros" foi um dos grandes exemplos da luta dos indígenas contra os exploradores portugueses. É assim denominada porque "bárbaros", no caso, para os colonizadores, significava os nativos que não falavam tupi-guarani, índios de língua travada ou Tapuias. Alguns estudiosos a definem por Confederação dos Cariris, compreendendo por Cariris os Tapuias em geral.

Tal guerra durou mais de 30 anos, indo dos fins do século XVII à segunda metade do século seguinte. Nela, nativos do Rio Grande do Norte e principalmente do Ceará, e alguns de Pernambuco, Piauí e Paraíba se uniram em uma confederação para enfrentar o conquistador português.

Em 1686, no Rio Grande do Norte, diante do terror e da opressão dos conquistadores, rebelaram-se, matando, saqueando, destruindo tudo que pertencesse ao domínio lusitano. Nos anos posteriores, a revolta alastrou-se pelas capitanias do Ceará, Piauí, Pernambuco e Paraíba. Assim, as nações dos Baiacus, Icós, Anacés, Quixelôs, Jaguaribaras, Acriús, Arariús, Canindés, Jenipapos, Tremembés, Crateús e outras acompanharam os Janduís, superando seus conflitos passados, uniram-se em uma frente única contra seu inimigo comum.

Diante da situação, a oligarquia reagiu de forma animal. Em 1688, o Governador-Geral do Brasil Frei Manuel da Ressureição requisitou bandeirantes de São Paulo e São Vicente para

pôr fim à revolta. Estes, com a ajuda das milícias locais, desenvolveram uma campanha de extermínio. No entanto, não conseguiram derrotar a revolta. Os nativos, profundos conhecedores da região e lutando por sua liberdade, utilizavam táticas de guerrilha que assustavam e desorientavam os paulistas.

Acordos de paz eram feitos e desfeitos, comandantes portugueses eram mortos e substituídos, mais e mais reforços eram solicitados. Até que em 1691 os Baiacus foram derrotados, escravizados e vários deles foram obrigados ajudar os fazendeiros contra as nações que ainda resistiam. Porém, em 1694, os Baiacus se libertaram de novo, voltaram à confederação e praticamente aniquilaram os colonos moradores dos rios Jaguaribe e Banabuiú, no Ceará, interrompendo as comunicações com Pernambuco. Novamente

derrotados, muitos foram escravizados, outros foram enviados para a caetequese, enquanto os restantes uniram-se a outras nações para continuar a guerra.

As atrocidades dos opressores não foram poucas, nem tampouco a coragem e engenhosidade dos nativos. Em 1699, reuniram os Baiacus aldeados prometendo-lhes ricos despojos e, enquanto dançavam desarmados os atacaram, matando mais de 500. No entanto, em 1713 os Baiacus reorganizados e em unidade com outras nações, frente ao descumprimento de um acordo pelas autoridades, atacaram Aquiraz, então sede da capitania do Ceará. Cerca de 200 pessoas morreram defendendo a cidade, enquanto o resto fugiu.

Aquiraz só não foi destruída devido à ação dos homens do coronel João de Barros Braga, grande senhor de ter-

ras do Jaguaribe, que recebeu do governo o direito de fazer "guerra justa" contra os nativos, massacrando-os, escravizando-os e torturando-os em nome da "civilização cristã". Com tropas compostas basicamente de mestiços e "índios mansos" conduziu uma guerra de extermínio. No final da década década de 20, os aborígenes estavam todos batidos, chacinados ou condenados à aculturação nos aldeamentos.

Os indígenas foram derrotados em uma luta desigual contra forças sociais alicerçadas em modo de produção superior ao da comunidade primitiva, porém jamais capitularam ou aceitaram passivamente a exploração e a opressão. Atualmente, somente um governo operário e camponês, que reconheça a autodeterminação das nações restantes, será capaz de resolver definitivamente a "questão indígena", ajustando contas com o passado.

A farsa humanista do governo escravizador

Há dois anos que o governo FHC criou o Programa de Renda Mínima, seguindo as idéias reformistas de Eduardo Suplicy (PT). Na época, o petista criticou a atitude do governo no que toca ao montante de verba que era destinado ao programa. Mas, na essência, ambos defenderam ser possível combater a pobreza com o auxílio de uma renda mínima às famílias miseráveis.

Após esses anos, o programa não atingiu sequer 3% dos 10,3 milhões de famílias que têm renda "per capita" mensal inferior a meio salário mínimo, ou seja, 65 reais, e crianças entre 7 e 14 anos matriculadas nas escolas. Ter renda inferior a meio salário e crianças frequentando as escolas são as condições exigidas para cadastrar as famílias. Aquelas que ganhassem um salário mínimo ou que não possuíssem crianças estudando estavam de antemão fora do programa governamental.

O balanço feito em novembro de 99 indicou que somente 298,5 mil famílias receberam o "benefício". A média deste foi de 35,60 reais, sendo que algumas famílias receberam 7,50 reais, isso porque "os municípios podem pagar sua parte de 50% em programas que atendam às crianças em vez de dinheiro". E por lei o mínimo estabelecido é de 15 reais, que é repassado aos municípios.

Esses dados denunciam a demagogia do governo burguês. Não se pode dizer que sequer se trata de um programa de esmola. Mas o fundamental que os trabalhadores devem compreender é que do Estado capitalista não sairá nenhuma medida para erradicar a fome e a miséria. Pelo contrário, a destruição da Previdência pública, a legislação em favor da "flexibilização" do trabalho, fechamento de postos de trabalho, privatização do ensino e da saúde etc são medidas que aumentam a miserabilidade das massas. É neces-

sário que denunciemos a farsa humanista do governo escravizador e organizemos a luta direta e unitária da maioria oprimida contra os exploradores.

Para combater a fome e o desemprego, temos nossas bandeiras próprias. São elas: 1) Implantação imediata de um salário mínimo de 1800,00 reais; 2) Escala móvel de reajustes salariais; 3) Emprego a todos, com escala móvel das horas de trabalho; 4) Nenhuma criança fora da escola, com ensino público e gratuito em todos os níveis; 5) Combate às doenças que atingem os explorados, com um sistema público de saúde; 6) Direito à aposentadoria a todos os trabalhadores, com o pagamento da alíquota pelos patrões; 7) Fim da exploração do trabalho infantil, considerando a idade e a capacidade física e mental aptas para o trabalho, jornada não mais que 4 horas e o restante do tempo dedicado aos estudos.

IV Congresso Estadual dos Trabalhadores em Educação (SINDIUTE-CE)

Reproduzimos abaixo um trecho da tese da Corrente Proletária na Educação apresentado ao Congresso:

Política Educacional

12. A crise da educação é parte da crise histórica do capitalismo. A reforma educacional que vem sendo imposta no Brasil é um dos elos do plano antinacional e antipopular do governo. A sua essência é a privatização. Cabe ao Estado unicamente manter o ensino fundamental, os demais níveis ficam à mercê das empresas privadas. Embora as parcerias sejam incentivadas até mesmo no ensino fundamental.

13. A reforma educacional cearense é patrocinada pelo BID. Tasso Jereissati segue ao pé da letra as diretrizes da nova LDB (Lei nº 9394/96). São medidas que visam a descentralizar a educação, isto é, a necessidade do Estado se desresponsabilizar do ensino superior, reduzir o médio e limitar o fundamental. Neste sentido, visa a manter o parasitismo financeiro do grande capital. Para isso, atacam mais ainda a tão precária educação. Por trás dos discursos falaciosos de diminuição da evasão, e da repetência com a qualidade de ensino, o que temos é a jornada estafante de professores, salários arrojados, e o corte de direitos trabalhistas elementares, como estabilidade do servidor etc.

E ainda a imposição dos 200 dias letivos trazendo jornadas mais estafantes ao professorado e a superexploração do trabalho, principalmente para os professores do teleensino. Como se vê, o governo é obrigado a eliminar uma parcela ativa da categoria para transformá-la num exército de reserva disponível, sujeito a contratação temporária sem vínculo empregatício e sem direitos trabalhistas elementares, (décimo terceiro, férias, sábado) a exemplo dos professores contratados atuais. Defendemos a convocação dos professores concursados e a incorporação dos ACTs como servidores efetivos do estado.

14. A Secretaria Municipal da Educação do Governo Juraci segue a mesma cartilha de Tasso/FHC: demissões e arrocho. São medidas da municipalização imposta pela LDB e pela lei do FUNDEF

(Lei 9.242). A LDB responsabiliza o município pelo ensino fundamental. Diz que cabe a ele oferecer a educação infantil e com prioridade o ensino fundamental. Por sua vez, o FUNDEF normatiza, retirando dos municípios 15% de alguns impostos (ICMS, FPM, IPI etc.) para compor o fundo. E só receberão de volta caso municipalizem o ensino fundamental ou parte dele. A pressão sobre as prefeituras para assumirem a municipalização tem sido grande.

Se não aceitam ficam sem o dinheiro. E se municipalizam não têm como manter as creches, pré-escolas, suplências e o ensino fundamental. Os resultados são calamitosos, os prefeitos não assumem os professores da rede estadual, pois tem sido mais vantajoso realizar concursos locais para a contratação de professores com salários mais baixos que os do estado. Para isso se apoiam no FUNDEF, que criou o custo-aluno e conseguem um salário médio para todo o país (em 97 era de R\$ 315,00). Não é à toa que a maioria dos prefeitos tem aberto concursos para efetivação dos professores nos municípios.

15. A defesa do Fim da Reforma privatista do ensino. O combate contra a municipalização, nenhuma entrega do ensino médio às empresas privadas, a não Privatização do ensino superior se dará levantando a defesa de nossas reivindicações, ou seja, a defesa da escola única, (único sistema de ensino, estatal, sob controle dos trabalhadores) pública, gratuita, laica, autônoma e enraizada na produção social. Expropriação sem indenização de toda rede Privada (confessional e empresarial) e estatização de todos os níveis de ensino. Piso nacional dos trabalhadores em educação de R\$ 1800. Redução da jornada de trabalho, sem redução de salário. Reposição das perdas salariais. Abertura de escolas e vagas para todos os alunos.

16. A reforma educacional do governo deve ser rechaçada. Em contraposição levantamos a bandeira da escola enraizada na produção social. Onde a teoria e a prática se combinam, isto é, pos-

sibilitando aos alunos permanecerem uma parte do tempo nas escolas e outra diretamente na produção. Não para serem explorados, mas para compreenderem o funcionamento da sociedade capitalista e assim poderem transformá-la.

Contra a escola repetitiva e influenciada pelo obscurantismo clerical, defendemos a escola científica, politécnica. A transformação da educação não é um problema pedagógico e técnico, mas sim político.

17. A direção do SINDIUTE (PART, OT e LBI) não se esforçam para criar as regionais do sindicato no interior do estado, no lugar de fortalecer a luta contra o plano antinacional e antipopular implementado pelo governo federal, estadual e municipal. Assim deixando os trabalhadores da educação a mercê da política de destruição da escola pública e as perseguições políticas aos servidores da educação promovida por parte da burocracia estadual e pelos prefeitos.

Se faz necessária a construção de uma direção combativa com um programa revolucionário, na unidade dos trabalhadores da capital e interior no combate para pôr abaixo os governos FHC/Tasso e Juraci. Nesse sentido formando a frente única antiimperialista (tendo como direção a classe operária) e anticapitalista, ou seja, a revolução proletária, a estratégia do governo operário e camponês.

18. O Congresso deve rechaçar essa política e aprovar:

a) não participação nos fóruns governamentais.

b) A derrubada integral da reforma privatista do governo/Banco Mundial.

c) Ação direta (greves, mobilizações, ocupações, bloqueios etc. Para defender nossas reivindicações.

d) Abaixo a LDB, PEC 370, FUNDEF!

e) contra as saídas eleitoralistas para a crise.

f) abaixo FHC e fora o FMI!

g) Por um governo Operário e Camponês (ditadura do proletariado)

Eleição no DCE da UNIR

O DCE da Universidade de Rondônia realizou eleições para sua diretoria, dirigida em 1999 pelo PFL. Transcrevemos abaixo trechos de uma nota divulgada pela Corrente Proletária Estudantil, que não pôde inscrever chapa, dados os critérios burocráticos que impõem grande número mínimo de diretores para a inscrição. Assim sendo, a CPE fez campanha pelo voto nulo ao redor de um programa.

A divulgação do processo eleitoral tem se desenvolvido de forma bastante tímida, sem a efetiva participação dos estudantes, em que muitos só tomam conhecimento, nas vésperas da eleição, quando lhes apresentam chapas para votação. Estes fatos geram desconfiança no seio da classe estudantil, o que vem a ser, de certa forma, perniciosa na construção de uma direção de luta em defesa efetiva dos estudantes.

[...] A atual presidente do DCE (militante do PFL), não mobiliza os estudantes para a sua devida participação nos eventos Universitários, não realiza assembleias estudantis para retirada de delegados para Congressos dos Estudantes, a exemplo do último Congresso Nacional, os estudantes da Universidade Federal de Rondônia estiveram representados por alunos que a comunidade estudantil sequer tomou conhecimento do evento, imagine de quem estava lhes representando a nível nacional e qual a tese que iriam defender no Congresso.

Quando o DCE tem comparecido aos eventos, tem sua presença marcada pelo incentivo dos Centros Acadêmicos (CAs). Prova desse descaso para com a classe estu-

dantil e sua luta é a presença de apenas uma chapa - que vem mostrando sua preocupação com valores reformista/eleitóreos, na medida em que é conivente com as atitudes da atual diretoria, quando a composição da chapa 1 e única (representada por militantes do PT e alguns aliados que se adaptam ao mesmo processo), são também aliados de membros da comissão eleitoral, aceitando a continuidade de manobras para com a classe estudantil acadêmica, tal como vem realizando a atual diretoria - não organizando Congresso de Estudantes para tratar acerca de assuntos referentes a organização da luta dos estudantes, bem como de sua formação política.

Diante do atual quadro em que se encontra o movimento, pelo fato de não termos tido a oportunidade de construir uma chapa para a construção de uma direção revolucionária para o DCE, estamos convocando os companheiros estudantes a votarem nulo nestas eleições, em defesa da construção de uma entidade de luta revolucionária para dirigir os movimentos estudantis.

Defendemos também:

1 - A construção de residências universitárias para os acadêmicos, cujas famílias não moram na cidade;

2 - A Construção de um restaurante universitário para alimentar os estudantes carentes, sem cobrar nenhuma taxa;

3 - Abertura de cursos como: Medicina, Odontologia, Engenharia, nas suas diversas especialidades, Filosofia, Sociologia etc.;

4 - Transporte gratuito para trazer fun-

cionários, alunos e professores do centro da cidade até a universidade;

5 - Democracia estudantil: funcionamento do colegiado das direções, proporcionalidade, revogabilidade de mandato, acesso de todas as correntes de pensamento estudantis, publicações e espaços;

6 - Realização de Congressos e Assembleias sistemáticas e soberanas dos estudantes;

7 - Eleição da Direção do DCE em congresso para conhecimento de toda comunidade estudantil, unificando o programa e direção;

8 - Oposição à direção da UNE e UME, pelo fato destas entidades fortalecerem a continuidade do sistema capitalista de opressão e defenderem políticas eleitoreiras e institucionais, burocratizando a entidade e com isso dificultando a participação dos alunos, sonogam informações etc;

9 - Pelo fim da terceirização de serviços nos restaurantes para fortalecer a construção do restaurante universitário, e demais serviços no interior da universidade;

10 - Pelo fim dos contratos temporários de trabalho, efetivando todos os servidores da universidade;

11 - Pela unificação da luta de todos os explorados;

12 - Por emprego para todos;

13 - Em defesa dos Sem-terra, ocupantes da fazenda Urupá

14 - Pela Frente única antiimperialista e anticapitalista;

15 - Pelo governo operário-camponês - Ditadura do Proletariado (Sociedade Socialista).

Economia japonesa reflete as dificuldades do capitalismo mundial

O ministro das finanças do Japão, Ki-ichi Miyazawa, divulgou o orçamento de 825 bilhões de dólares, que corresponde a um aumento 3,8% em relação ao exercício de 1999. Trata-se de uma das maiores somas já aplicadas pelo Estado.

Segundo o ministro, tal orçamento objetiva "iniciar de vez uma recuperação econômica total". Explica "que este será o último orçamento que visa o crescimento econômico, pois o Japão não pode continuar gastando" (*Gazeta Mercantil*, 21/12).

Ocorre que o governo está obrigado a fazer uma emissão recorde de títulos da dívida pública. Está previsto um bônus

do governo no valor de 833,3 bilhões de dólares. "A OCD advertiu este mês que a dívida bruta do Japão chegará a 115% do PIB até o fim do próximo exercício fiscal". Entretanto, nada indica que a economia japonesa sairá, no período estabelecido, da situação recessiva.

A dívida pública tem aumentado em função da "ajuda" do Estado aos grandes bancos em posição de quebra. Por outro lado, favorece o parasitismo desta mesma oligarquia capitalista que se aproveita dos bônus estatais.

A crise japonesa é problemática para a economia mundial, cuja tendência geral é de estagnação. As demais potências

as têm pressionado o governo japonês a aumentar a dívida pública para reanimar artificialmente os negócios. Mas o que se passa no Japão não é um problema particular de suas fronteiras. Expressa os impasses do mercado mundial. A crise de superprodução vem ganhando terreno.

Por mais que os governos se utilizem de políticas orçamentárias para se contraporem às tendências recessivas, as contradições as desconhecem. O agigantamento da dívida pública, sem o correspondente desenvolvimento econômico, prepara o terreno para uma crise ainda maior.

Imperialismo diz que perdoa dívidas de pobres

Em junho de 1999, a reunião do G-7 (7 países ricos) decidiu cancelar a dívida de 41 países endividados. Segundo estimativas, corresponde a 100 bilhões de dólares. Por enquanto, a decisão ficou como promessa.

A Inglaterra tomou a iniciativa de "perdoar" 8 bilhões de dólares de devedores, como Uganda, Moçambique, Mauritânia, Bolívia etc. O programa britânico será implantado gradualmente de acordo com exigências de que os países "beneficiados" apliquem recursos na educação, saúde e pobreza.

O governo de Uganda foi o primeiro a servir de propaganda para o lançamento da bondosa medida inglesa. O secretário do tesouro ugandense,

declarou tratar-se de "um presente do milênio".

Ao contrário, estamos diante de um presente de grego. Acontece que estes países foram tão saqueados pelo imperialismo que não puderam desenvolver econômico e socialmente. São as semicolônias em que o capitalismo permaneceu no mais profundo atraso, arrastando pesadas relações de produção pré-capitalistas. Ou seja, não puderam se industrializar e suas economias permaneceram na extração mineral e agrícola. Suas matérias primas desde sempre foram controladas pelo capital imperialista.

A Inglaterra resolveu "perdoar" suas dívidas porque estes países não

conseguem pagá-las. E porque já as pagaram inúmeras vezes entregando enormes riquezas ao capital internacional. A idéia de que o montante cancelado deve ser aplicado na educação, saúde e pobreza, e não em armamentos, corrupção e projetos de luxo, não passa de hipocrisia inglesa. Estes países são constituídos de uma massa de miseráveis, que sequer têm acesso ao alfabeto, porque não puderam se desenvolver sob o domínio imperialista.

Os trabalhadores do mundo inteiro devem denunciar a farsa do perdão e lutar pela expropriação do grande capital que drena as riquezas e trava o desenvolvimento independente das semicolônias.

Desintegração do capitalismo

A "Febem" dos Estados Unidos

A potência mais rica do mundo, justamente por saquear a maioria dos países, está repleta de chagas sociais. A violência contra adolescentes infratores e detidos em reformatórios compara-se com a da Febem brasileira.

O jornalista Francis X. Clines, do The New York Times, escreveu um artigo mostrando as calamidades contra jovens detentos, que chegam a torturas e campos paramilitares. Diz: "Denúncias de violências por parte dos guardas levaram o Estado de Maryland a suspender seu antes elogiado regime de campus de detenção de estilo militar para menores infratores, na semana passada. Bastante favorecidos por políticos na última década, a ineficiência do regime de 'endurecimento' adotado nesses centros vêm sendo questionados em

todo o país". Revela que "os guardas usam rotineiramente métodos violentos para punir adolescentes". Alguns casos são citados, como o de "Nicholaus Contreraz, de 16 anos, condenado por roubo, morreu num campo do Arizona, após ser punido por indisciplina". Evidentemente, tal punição foi a tortura.

O diretor-executivo da Agência de Justiça Privada Defensores de Crianças e Jovens faz a seguinte avaliação: "Os campos de estilo militar são apenas a crise do dia. Refletem problemas sistêmicos muito mais profundos num sistema jurídico que fracassa com as crianças há anos, do momento da admissão até o tratamento posterior".

Estas opiniões não vão ao fundo do problema. Por que o país mais rico e

poderoso do mundo se utiliza de campos de concentração para jovens que se desviam para o mundo do crime? E por que há tantos jovens na condição de marginais? A resposta não será encontrada no sistema jurídico ou prisional. Mas sim no sistema capitalista de exploração do trabalho, em que não se tem emprego a todos e a juventude não encontra motivo para desenvolver suas faculdades criadoras.

Os métodos fascistas de campo de concentração militar e os métodos da tortura, sob um Estado que se diz protetor dos direitos humanos no mundo todo, refletem o capitalismo decadente. A barbárie inevitavelmente atinge as crianças e a juventude, destruindo uma parte delas mental e fisicamente. Como se vê, as febems estão por todo o canto.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.
Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

As tarefas do movimento sindical para a América Latina

Leon Trotsky

Entre 6 e 8 de setembro ocorreu no México um congresso de representantes sindicais de vários países latino-americanos, cuja consequência foi a fundação de uma "Confederação de Trabalhadores Latinoamericanos". Os abaixo-assinados consideramos nossa obrigação declarar diante dos trabalhadores da América Latina e de todo o mundo que este congresso, preparado às costas das massas, foi utilizado unilateralmente com propósitos que nada têm a ver com os interesses do proletariado latinoamericano. Pelo contrário, são fundamentalmente hostis a estes interesses. A "confederação" criada nesse congresso não representa a unificação do proletariado organizado de nosso continente, mas sim uma fração política estreitamente ligada à oligarquia de Moscou.

Referente somente ao México, nem se convidou nem se admitiu as seguintes organizações: A Casa do Povo, a CROM e a CGT. O camarada Mateo Fossa, que chegou de Buenos Aires com mandato de 24 sindicatos independentes argentinos, não foi admitido no congresso simplesmente por ser opositor ao estalinismo. Poderíamos assinalar organizações sindicais de todos os países latinoamericanos que desde o começo foram deliberadamente afastados dos prévios preparativos ao Congresso para não romper sua homogeneidade política, isto é, sua subordinação total ao estalinismo.

A maioria dos delegados ao congresso sindical participaram também no congresso contra a guerra e o fascismo, onde tiveram oportunidade de expor com amplitude sua linha política. Todos eles votaram ocas resoluções sobre a luta contra o fascismo, mas repudiaram decididamente (salvo os representantes de Porto Rico e Peru) a luta contra o imperialismo. Esta política caracteriza plenamente a burocracia de Moscou, que diante das ameaças de Hitler busca a confiança e

amizade das democracias imperialistas: França, Inglaterra e Estados Unidos. As massas trabalhadoras da América Latina, que vêem no fascismo seu inimigo mortal, não podem abandonar nem por um instante a luta irreconciliável contra o imperialismo, ainda quando este se esconda atrás da máscara da democracia. É por isso que o proletariado e os povos da América Latina não podem ter objetivos comuns com a burocracia estalinista! Não é possível esquecer que, em nome da amizade com a burguesia da França e Inglaterra, a burocracia estalinista estrangulou o movimento dos operários e dos camponeses espanhóis!

O imperialismo "democrático", que na América Latina é infinitamente mais forte que o imperialismo fascista, procura - não sem êxito - introduzir, através do saque, engano e concessão de privilégios, seus próprios agentes políticos em nossos países, tanto na burguesia, na burocracia burguesa e na intelligentzia pequeno-burguesa, como também nos extratos superiores da classe operária. Estes elementos corruptos da burocracia ou da "aristocracia" trabalhista geralmente albergam sentimentos servis, nem proletários nem revolucionários, em relação a seus protetores imperialistas. Os agentes da oligarquia do Kremlin utilizam estes sentimentos para reconciliar o proletariado latinoamericano com os escravistas "democráticos". A isto é necessário acrescentar que no México, onde os sindicatos, desgraçadamente, dependem diretamente do Estado, os postos da burocracia sindical se preenchem geralmente com elementos provenientes da intelectualidade burguesa. Trata-se de advogados, engenheiros etc, pessoas que não têm nada em comum com a classe operária e que só pretendem utilizar as organizações sindicais em seu próprio benefício, seja para melhorar sua situação econômica ou favorecer

suas carreiras políticas. Esforçando-se por ocultar aos operários sua política cruamente egoísta, estes carreiristas burgueses a miúdo aparecem como "antifascistas" e "amigos da URSS", quando na realidade são agentes do imperialismo anglosaxão.

Para manter os sindicatos no poder de sua facção, pisoteiam ferozmente a democracia operária e amordaçam toda colocação crítica, comportando-se como perfeitos gangsters com as organizações que lutam pela independência revolucionária do proletariado frente ao Estado burguês e ao imperialismo estrangeiro. Ao dividir desta maneira o movimento sindical e estimular a luta entre suas distintas tendências, os agentes de Stalin debilitam o proletariado o corrompem, socavam a democracia em nosso país e de fato aplainam o caminho para o fascismo. O advogado mexicano Lombardo Tolledano, eleito secretário da Federação Latinoamericana, que ele mesmo organizou, é o dirigente de maior responsabilidade por essa política criminosa.

Os abaixo-assinados somos ardentes e dedicados partidários da unificação do proletariado latinoamericano e que este estreite os maiores laços possíveis com o proletariado dos Estados Unidos da América do Norte. Mas, como temos dito, essa tarefa está todavia por se realizar. A organização política fracional que se formou em dezembro não constitui uma ajuda, mas sim um obstáculo para sua realização.

Estamos firmemente convencidos de que se pode alcançar a unificação do proletariado latinoamericano na base dos seguintes princípios: 1) A total independência do movimento sindical de seu próprio governo burguês e de todo imperialismo estrangeiro, seja fascista ou "democrático". 2) Um programa revolucionário de luta de classes. 3) A expulsão do movimento

sindical dos carreiristas pequeno-burgueses, alheios à classe operária. 4) A unificação em cada país de todos os sindicatos operários sob a base da democracia proletária. Que a luta ideológica dentro dos sindicatos se conduza de maneira livre e fraterna, que a minoria se submeta estritamente à maioria e que aplique na ação uma disciplina de ferro. 5) A preparação honesta de um congresso sindical latinoamericano com a participação ativa das massas trabalhadoras, isto é,

com uma discussão séria e sem restrições sobre as tarefas do proletariado latinoamericano e seus métodos de luta.

Nosso proletariado deve entrar firmemente na cena histórica para tomar em suas mãos o destino da América Latina e assegurar seu futuro. O proletariado unificado atrairá dezenas de milhões de camponeses índios americanos, eliminará as fronteiras hostis que nos dividem e nucleará as 24 repúblicas e possessões coloniais sob as

bandeiras dos estados unidos operários e camponeses da América Latina. Apresentamos este programa para que discutam todas as organizações operárias de nosso continente. Operários revolucionários da América Latina, vocês têm a palavra!

Nota: Esse texto de Leon Trotsky foi redigido em 11 de outubro de 1938. Publicado no "Escritos", Tomo X, 1938-1939, Volume 1, páginas 114 a 118.

Plano Menen e corrupção sacrificam as províncias argentinas

Há seis meses a província Corrientes vem sendo sacudida por manifestações de funcionários públicos, que não recebem salários. O bloqueio de uma ponte que une Argentina e Brasil foi motivo de intervenção militar do recém eleito governo De la Rúa. Desfechou-se uma tremenda repressão contra os grevistas, que cada vez mais radicalizavam os métodos de luta.

Corrientes é apenas uma das províncias falidas. Todas elas estão sufocadas por déficits. Em 1995, a dívida de conjunto era de 15 bilhões de dólares, saltando para 18 bilhões em 1999. Esses valores são altíssimos para a economia argentina.

A recessão incentivada pelas medidas pró-imperialistas do governo Menen e o crescente endividamento para pagar as dívidas interna e externa colocaram o país em situação de penúria. As privatizações, por sua vez, resultaram em destruição de milhares de postos de trabalho. O desemprego cresceu em todo o país.

Os jornais constantemente anunciavam casos de corrupção nos governos provinciais, sem falar do próprio governo Menen, que mais parecia uma quadrilha de assaltantes.

O novo governo, que foi saudado aqui no Brasil como vitória da esquerda, nem bem tomou posse, enviou um projeto de aumento de impostos, seguindo a linha do governo anterior. Já

evidenciou a subserviência pró-imperialista.

Os trabalhadores podem esperar mais destruição de emprego, arrocho salarial e repressão ditatorial. Quanto mais o governo submete a semicolônia argentina aos ditames da política econômica do imperialismo, mais bloqueia o desenvolvimento das forças produtivas e mais profunda se torna a crise.

As eleições passadas refletiram desencanto de uma parte da população trabalhadora com os partidos burgueses, mas ainda imperam as ilusões democráticas. A ausência de um partido operário revolucionário, solidamente organizado no proletariado, expõe a dramática crise de direção.

Os sindicatos e as Centrais Sindicais estão corrompidos até a medula. O avanço da crise capitalista obrigará os trabalhadores argentinos a se chocarem contra esse aparato e se radicalizarão. As condições da luta de classes e as experiências com a democracia formal burguesa impulsionarão uma parte da classe operária no sentido de se organizar independentemente da burguesia.

Traça-se de trabalhar firmemente em torno do programa da revolução social.

● saque das multinacionais

O Ministério da Economia publi-

cou um estudo que mostra o espetacular salto na taxa de remessa de lucro pelas multinacionais. Em 1992, para cada dólar, as empresas estrangeiras repatriavam 0,28; em 1998, passaram a enviar 0,73. A remessa de dividendos para o exterior significou 13% do saldo negativo em conta corrente da Argentina.

A política pró-imperialista do governo Menen tornou a semicolônia argentina em paraíso das multinacionais e do capital financeiro parasitário. Não é por acaso que, nesse mesmo estudo do Ministério da Economia revela-se que "os lucros gerados pelas empresas estrangeiras saltaram 2,3 vezes entre 1992 e 1998", enquanto que "as remessas cresceram 5,9 vezes no período" (*Gazeta Mercantil*-20/12).

Para cobrir rombos, o governo se endivida mais e mais. A entrada de 37 bilhões de dólares nos últimos 10 anos, foi destinada à venda das estatais e pagamento da dívida externa. O resultado desse saque é o retrocesso das forças produtivas, golpeadas pela recessão, e uma taxa de desemprego de mais de 18%.

A tarefa que se coloca é desenvolver entre os trabalhadores as reivindicações de defesa de suas vidas e as bandeiras antiimperialistas. Está colocada a constituição da frente única antiimperialista, que una a maioria nacional oprimida contra o novo governo e a burguesia entreguista.

O Partido e Sua Organização

Prosseguimos a série de textos de formação escritos por G. Lora, iniciada no Massas nº 160

Como Funciona a Célula

Captção de Simpatizantes. Para a captção de simpatizantes, que depois se converterão em militantes, geralmente se utiliza a campanha pessoa a pessoa, mas também pode se empregar as organizações paralelas.

Os simpatizantes devem ser organizados em círculos ou células de simpatizantes, os que ainda não têm afinidade com as idéias do POR não podem participar de sua vida interna, decidir sobre seu destino e conduta.

Os militantes que organizam os simpatizantes o fazem com o objetivo de educá-los e discipliná-los para que possam militar posteriormente, e também para observar de perto sua conduta, a fim de evitar que ingressem na organização elementos perigosos ou duvidosos.

A educação dos simpatizantes tem que começar com o conhecimento das idéias fundamentais do marxismo, das grandes linhas da política partidária, das bases organizativas e dos estatutos, com a leitura do periódico e demais materiais editados pelo Partido.

Duas coisas devem ser evitadas neste trabalho: 1) Acomodar as idéias programáticas do Partido às deformações,

ou amputar suas teses fundamentais; os que virão a militar conosco têm o direito de exigir o conhecimento exato de nossos objetivos. 2) Fazer acreditar que os objetivos do nosso Programa do partido estão integralmente contidos nos documentos sindicais relatados sob a nossa influência (que por serem sindicais têm necessariamente limitações e às vezes aparecem com interpolações introduzidas por tendências contrárias ao trotskismo). Incorrem neste erro os que pretendem impressionar os novos elementos com os êxitos partidários, certamente evidentes, nas lutas operárias. Pode-se dar um curso sobre as lutas sociais (como material acessório e não principal na educação dos elementos novos) e nele se demonstrará o importante papel do POR na formação das idéias políticas ao redor das quais se há estruturado o movimento operário boliviano. Isto está correto, mas é absurdo colocar a tese de que é no marco sindical que se formou o programa partidário, que na verdade emerge das lutas e da história do trotskismo mundial e boliviano.

Os simpatizantes devem cumprir muitas tarefas e já devem ter obrigações para com o Partido, não é em vão que estão em suas portas: difundirão o periódico

e a propaganda, darão suas contribuições econômicas, secundarão as campanhas e assistirão às atuações públicas. De uma forma geral, as células de simpatizantes atuam como auxiliares no trabalho partidário.

Em nenhum momento deve se esquecer que os simpatizantes estão sendo preparados para a militância. Quando estiverem devidamente formados e antes de serem admitidos nas células de militantes serão declarados como aspirantes (o que será de conhecimento da direção da qual dependa o organizador, para a fixação das tarefas e de sua ligação dentro do mecanismo partidário) e se lhe encomendará tarefas para provar sua capacidade e lealdade.

O aumento do campo de simpatizantes e a organização destes como militantes têm muita importância para o Partido, é suficiente não esquecer que é desta forma que estaremos selecionando a nova militância. Os simpatizantes constituem uma vasta camada que envolve o Partido, que lhe permite mover-se comodamente, e realizar muitas atividades e campanhas. Por exemplo: um plano de finanças de longo alcance se apóia principalmente nos simpatizantes.

Bolívia: Atuam as leis da História

A miséria dos políticos

A sociedade tem suas próprias leis de desenvolvimento e transformação, vale dizer de sua história, conseqüência da contradição fundamental que se dá em sua base econômica (entre as forças produtivas e as relações de produção).

A proeminência corresponde às forças produtivas (determinam as características e a transformação qualitativa, vale dizer, a revolução social), cujo componente fundamental é a força de trabalho, o proletariado ou classe operária; por isso mesmo é a encarnação das leis da história, que aos subjetivistas impositores parecem ser criação dos ideólogos e caudilhos políticos. Tais impositores

quase sempre são lacaios da classe dominante nativa e da antipátria, ou seja, das multinacionais.

O crescimento desmedido das forças produtivas (com relação às exigências da grande propriedade privada burguesa, mas não da social) determina em certo momento que se pulverizem ao chocar com as relações de produção já caducas (isto é a crise econômica estrutural). Um maior desenvolvimento das forças produtivas, quer dizer, do progresso da sociedade, coloca a necessidade de responder sem demora à necessidade histórica da transformação qualitativa do capitalismo, ou seja, consumir a revolução social.

Em um país atrasado de economia

combinada (com vários modos de produção ao mesmo tempo), o proletariado é numericamente pequeno e ao mesmo tempo suporta o peso da incultura que domina o país, sem dúvida a realidade que se vive lhe impõe incorporar-se e converter-se em direção dos oprimidos e explorados pelo imperialismo, para cumprir a tarefa democrática que correspondia à burguesia. Não é casual que o sonho de Simon Bolívar de forjar a unidade continental para assegurar a independência das nações, conseguida graças à luta das massas, não pôde ser cumprido até agora. Os governos burgueses são instrumentos das multinacionais, do imperialismo.

O que expressamos até agora permi-

te compreender que a resolução dos principais problemas do país passam pela mão do proletariado ao cumprir sua tarefa central de sepultar a grande propriedade privada da burguesia jurássica.

Somente o assalariado, que não é proprietário, pode dirigir a luta até acabar com a grande propriedade privada, quer dizer pulverizar a causa da crise econômica atual.

A crise econômica é arremetida contra a grande maioria da sociedade, mas nenhum setor, com exceção do proletariado, tem a possibilidade de acabar com a calamidade que assola a sociedade, isto porque corresponde pulverizar a grande propriedade privada, ou seja, consumir a revolução social.

O que devemos nos lembrar:

A classe operária não é proprietária dos meios de produção e vende sua força de trabalho em troca do salário, o que permite ao burguês conseguir seu lucro (trabalho não pago ou mais-valia), por isto demonstra na luta que é instintivamente comunista (na luta, na greve por exemplo, fecha uma fábrica e inclusive chega a se apropriar dela).

O proletariado está altamente politizado, o que significa que seu instinto comunista se transformou em política, em consciência, em programa, em partido político, isto com ajuda do materialismo histórico.

O que importa do dito anteriormente é que à maturidade do fator econômico da revolução (durante a crise sua efetivação é um imperativo que não se pode desviar) se complementou com o fortalecimento do fator subjetivo, o amadurecimento político do protagonista.

A luta de classes é uma guerra em todos os aspectos, nos salariais e políticos. O proletariado antes de tomar o poder tem que derrotar ideologicamente a burguesia. Isto já ocorre na Bolívia.

O avanço ideológico da classe operária lhe permitiu compreender as leis da história e se converter de ator meramente instintivo em protagonista consciente, que sabe o que busca, que conhece os recursos que deve utilizar para assegurar a vitória, a conquista do poder político.

O proletariado está maduro para converter-se em direção nacional e seu trabalho neste sentido já conhece inescutíveis conquistas, pois já atua como direção dos oprimidos e explorados.

Algumas das conquistas já alcançadas

Citamos alguns exemplos inescutíveis dos marcos fincados pelo proletariado e pelos oprimidos do país em sua luta, em uma breve síntese:

Teses de Pulacayo

Não é uma plataforma sindical, mas a resposta política do proletariado aos grandes problemas sociais e nacionais e da própria revolução social.

Caracteriza o país como capitalista atrasado, de economia combinada e integrante da economia mundial (não como dependente unilateral), o que permitiu caracterizar a revolução a ser realizada e os métodos de lutas que devem ser empregados. Assinala com nitidez a finalidade estratégica: revolução e ditadura proletária, que determinam a tática diária e as formas organizativas a serem empregadas. A revolução não será protagonizada única e exclusivamente pela classe operária minoritária, mas pela nação oprimida pelo imperialismo, pelas classes majoritárias de oprimidos e explorados. A ditadura do proletariado cumprirá a plenitude, além dos seus próprios objetivos, as tarefas democráticas não cumpridas pela burguesia, não para ficar nessa etapa, mas para transformá-las em socialistas.

Já se assinalou que a revolução não deve ser considerada como um fenômeno minoritário, mas protagonizada pela maioria nacional sob a direção operária e muito menos inalcançável por estar muito longe. As reivindicações transitórias, partindo da situação atual da consciência das massas e lutando pela materialização de suas necessidades imediatas, buscam amadurê-las politicamente e levam a projetarem-se até a conquista do poder (revolução permanente).

Com mais de meio século de existência, as "Teses de Pulacayo" seguem vivas e atuando através das massas

radicalizadas. Esta situação se prolongará até que o capitalismo seja sepultado. Proclamando a ação direta em oposição ao legalismo, à arbitragem obrigatória etc. São os fatos que demonstram a correção ideológica das "Teses de Pulacayo".

Assembléia Popular

Não são suficientes às proposições ideológicas, é preciso assinalar o caminho que se deve recorrer para as materializá-las. As massas em sua luta abrem o caminho para a conquista do poder.

A COB¹ da primeira época (1952) foi algo mais que um sindicato clássico, foi um verdadeiro Soviete, uma frente anti-imperialista e um órgão de poder que colocou a dualidade de decisões frente ao governo central. Proclamou abertamente ser uma frente antiimperialista.

Durou muito pouco tempo, mas demonstrou para a sociedade ser um órgão de duplo poder, suas atividades como tal ficaram fixadas em letras garrafais.

Compreendendo que as forças motrizes da revolução são tanto o proletariado como as massas camponesas, se empenhou para incorporar esta última em seu seio.

Os documentos constitutivos da Assembléia Popular declaram que era uma frente antiimperialista, tática que corresponde aos países atrasados como Bolívia. Este ponto segue sendo um dos mais discutidos pela 'esquerda' internacional que se reclama do marxismo.

Em nenhum momento colocou o colaboracionismo com o governo, nem sequer o presidido pelo General Torres. Apresentou-se e atuou como um órgão de poder e de nenhuma maneira pelo eleitoralismo.

Sua posição sobre a administração da COMIBOL² é por demais sugestiva, pois exige a participação majoritária da classe operária.

Na questão universitária se estabeleceu a constituição de uma Casa Superior de Estudos, com participação operária em sua direção.

Ao finalizar o primeiro período de suas deliberações, determinou a confecção de um decreto estatizando os meios de produção, que levaria a proclamação da tomada do poder.

1 Central Operária Boliviana

2 Empresa responsável pelas minas

Frente Revolucionária Antiimperialista (FRA)

O Golpe fascista de Banzer foi consumado com a finalidade de aniquilar fisicamente a Assembléia Popular. No exílio se formou a Frente Revolucionária Antiimperialista, com a missão de seguir levando adiante a política da Assembléia Popular.

Proclamou que buscava a conquista do poder pelo caminho insurrecional. Pela primeira vez as organizações de esquerda e sindicais se unificaram sob o programa revolucionário da classe operária.

Objetivos da Revolução e Ditaduras Proletárias

Governo Operário e Camponês

Usamos esta fórmula para por em relevo que o governo revolucionário se assentará e atuará partindo dos órgãos de poder das massas e particularmente as camponesas.

Pela primeira vez se garantirá uma ampla democracia para as maiorias subjugadas e usará medidas ditatoriais para derrotar os restos da burguesia.

Não usamos esta fórmula como transitória até a ditadura do proletariado, mas a própria ditadura do proletariado. Não será um governo da minoria, mas da maioria.

Internacionalismo Proletário

A ditadura do proletariado necessariamente se apoiará na economia mundial para resolver seus problemas e avançar.

A revolução proletária inevitavelmente começará dentro das fronteiras nacionais, mas buscando se afirmar e se projetar até a nova sociedade. Para isto não terá outro caminho que soldar-se a um movimento mundial pelo comunismo.

O internacionalismo proletário (uma das expressões do caráter mundial da economia) constituirá sua defesa e garantia para que possa consolidar e seguir adiante. A experiência nos ensina que ao comunismo somente se pode chegar como movimento mundial. Há que superar com energia os desvios e traições

3 De ascendência européia

4 latifundiários

do estalinismo contra-revolucionário que criou o 'socialismo num só país' etc. Por tudo isto devemos ficar muito atento aos trabalhos encaminhados para por em pé o Partido Mundial da Revolução Socialista.

A mudança de Século modificará a natureza da Sociedade?

Os impostores que servem ao capitalismo buscam adormecer as massas que se debatem dramaticamente em meio a extrema miséria e da escravização para salvar as multinacionais da ruína.

Por que razão a mudança de data poderia modificar a situação política imperante ou a natureza da sociedade? O que os ideólogos da burguesia vêm sustentando é uma fraude destinada a entreter os tontos.

O advento do novo século não modificará o capitalismo, que tantas provas deu acerca de sua capacidade de destruir o homem e a natureza.

A crise econômica estrutural do capitalismo – sobretudo porque a revolução proletária tarda a chegar – vai empurrando a sociedade para a barbárie. Este fenômeno com a chegada do novo século irá se aprofundar em lugar de desaparecer para dar lugar ao bem-estar, à abundância etc.

Tampouco sofrerão modificações qualitativas as lutas contra o capitalismo apodrecido, pois longe de desaparecer irá se aprofundar mais e mais.

A situação corresponde à necessidade da direção revolucionária afinar sua pontaria.

Qual será o ritmo do processo revolucionário?

Alguns se perguntam: instaurada a ditadura do proletariado, quanto tempo demorará para chegarmos ao comunismo?

É evidente que agora não se pode estabelecer antecipadamente as datas das mudanças que acontecerão. Um passo se afirma e nega o precedente e assim sucessivamente. O ritmo depende do desenvolvimento da economia mundial e de suas vicissitudes.

O cerco imperialista

Os que realmente lutam pela libertação nacional e por sepultar o capitalismo ali onde ele se encontrar, não podem esperar que o imperialismo se encarregue de ajudar-lhes a cumprir sua tarefa revolucionária.

Não nos esqueçamos que os movimentistas e os foquistas da véspera ganharam o apoio imperialista porque se trasladaram para as trincheiras dos colonizadores e opressores das grandes metrópoles do capital financeiro.

Estamos convictos que o imperialismo buscará sepultar-nos, que nos boicotará e invadirá o país. Neste caso permaneceremos imersos no modo de produção pré-capitalista e recorreremos à guerra irregular até conseguir vencer o inimigo.

Não trairemos os oprimidos e revolucionários do mundo.

Autodeterminação Nacional

A Ditadura do Proletariado (Governo Operário e Camponês) não pode se assentar na opressão nacional e suas finalidades é o desaparecimento das classes sociais, dos explorados e dos exploradores.

Denunciamos que o Estado Boliviano é obra dos K'aras³, dos gamonales⁴, dos gringos, e está assentado na escravização das nacionalidades nativas (aymaras, quechuas, tupi-guaranis etc.). Desde o nascimento da Bolívia até agora, os opressores e exploradores destas nacionalidades viveram e vivem de converter em ouro o sangue e o suor de seus escravos e servos, de roubar-lhes suas terras.

O ordenamento jurídico imperante – incluída a Constituição – é obra da classe dominante e do imperialismo e a sua sombra não pode se dar a liberação das nacionalidades oprimidas, para conquistar este objetivo há que destruir o Estado e suas leis atuais.

A autodeterminação nacional se efetivará pondo em pé os Estados Aymará, Quechua etc. soberanos. Sabemos que isto poderá se traduzir na separação das nacionalidades nativas e na destruição do atual Estado Boliviano. Mas, pagaremos este preço alto para poder libertar aos que permanecem escravizados por esta gota

de água que é a burguesia nativa.

Para conseguir a verdadeira solução para o 'Problema do Índio' (Mariategui), devem as nacionalidades nativas recuperar (claro que mediante a ação direta) toda a terra e o subsolo que lhes não sido roubadas pelos conquistadores e donos dos poderes econômicos e políticos.

A experiência nos ensina que o retalhamento da terra em uma infinidade impressionante de minifúndios é o contrário do sonho das maiorias de vencer a miséria extrema imperante no campo. O objetivo revolucionário pelo que lutamos é a fazenda coletiva mecanizada e eletrificada.

Este objetivo será materializado graças à direção política do proletariado e por decisão e coragem admiráveis das nacionalidades nativas subjugadas.

Política Militar do Proletariado onde pegar as armas?

Na Bolívia atrasada não houve, nem há, nem haverá democracia burguesa; ainda que houvesse, a classe operária não pode esperar sua chegada ao poder pelos caminhos assinalados pelas leis esvaziadas dos parlamentos que só servem para defender os interesses dos opressores e exploradores.

Temos que proclamar em voz alta que o caminho do eleitoralismo não nos serve para materializar nossa finalidade estratégica e que somente podemos conseguir este objetivo concretizando a ação direta das massas na via insurrecional.

De imediato surge a pergunta: de onde tirar as armas? Devemos confiar unicamente na capacidade criadora dos oprimidos?

A última questão devemos sempre levar em conta, mas não devemos esquecer em nenhum só instante que as armas de um país, que num determinado momento podem passar para a mão do povo, se encontram nos arsenais do exército.

Voltemos a nos perguntar: Como nos armamos?

Sempre que conseguirmos ganhar para as posições revolucionárias o melhor do exército e das polícias, para as posições revolucionárias da política da classe operária.

Esta é a forma concreta que temos para

armar as massas e para neutralizar a capacidade de fogo das organizações coercitivas que sustentam o Estado burguês.

Veja bem. Não estamos falando de que devemos agarrar-nos na casaca de um coronel ou general para que nos leve ao Palácio Quemado⁵ nem bem este consumir seu golpe de Estado, mas sim de converter a vanguarda da oficialidade e parte dos soldados em seguidores do marxismo-leninismo. Tal a resposta à urgência de armar as massas e de privar ou debilitar destas o Estado burguês servente do imperialismo e sua capacidade repressiva, isto quando soldados e carabineiros sentem fome e até se rebelam contra o regime.

A revolução que fazemos hoje através da luta diária para satisfazer as necessidades imediatas dos oprimidos e explorados.

Como isto é possível? Com as respostas aos problemas mais sentidos pelas massas.

Calibramo-nas tomando os elos que conduzem à contradição fundamental na base econômica da sociedade, buscando uma forma de superá-la. Alguns exemplos:

Controle Operário Coletivo

Neste momento, há problemas na saúde, nas estradas, nos restos da mineração estatizada, da YPB⁶, etc.

Corresponde não somente assinalar a solução desses problemas mas impor o controle operário coletivo, este também deve ser implantado nas empresas privadas, a fim de que os trabalhadores conheçam como funciona, onde vai para a mais-valia, o papel que joga o estado burguês em todo este mecanismo opressor e explorador.

Salário Mínimo Real Com Escala Móvel

É um velho costume que toda vez que a burguesia e seu governo concedem com uma mão aumentos salariais retiram com a outra mais do que deram, apoiando-se na manipulação dos preços das mercadorias e na desvalorização

constante da moeda, o que supõem a queda da capacidade de compra dos salários.

Estamos obrigados a responder arrancando a escala móvel de salários com relação aos preços das mercadorias em aumento. Isto quer dizer que toda vez que aumentam os preços também devem ser elevados os salários na mesma proporção e de forma automática.

Isto ajudará a compreender como funciona a exploração do operário e o papel que joga o Estado, assim se politizará as massas.

Escala Móvel de Horas de Trabalho

Temos que acabar com o desemprego massivo, isto somente pode ser conseguido se o volume das horas de trabalho em marcha forem repartidos entre o número de desocupados, o que supõe a diminuição das horas de trabalho sem a diminuição do salário, porque é o mínimo que um operário deve ganhar para repor sua força de trabalho em condições normais.

Impor a Ação Direta

Os explorados e oprimidos têm seus próprios métodos de luta que se concretizam na ação direta que violenta o ordenamento jurídico e passa por cima das autoridades. Os de cima querem nos derrotar com o legalismo. Nós lhes respondemos com o garrote da ação direta.

As mobilizações, as greves, a luta armada, são exemplos da ação direta que é tem muitas faces. Nas ruas a impomos para sepultar o legalismo.

Se as circunstâncias nos obrigam a usar alguns dos métodos de luta do inimigo, devemos ter o cuidado de submetê-los à ação direta das massas, sobretudo a luta armada.

A caduquice capitalista se funde em meio de um espetáculo repugnante, que é a barbárie, e insurge imponente a criatura que aponta para o comunismo, encarnando a beleza do **temerário** do homem novo plenamente humano, Titã forjado num **cadinho** sem classes, sem opressores nem oprimidos, capaz de desenvolver plenamente as aptidões individuais.

5 Sede do Governo Boliviano

6 Empresa petrolífera boliviana